

notícias

Director: JÚLIO MANJATE • Edição N.º 30.398 • Quinta-feira, 28 de Junho de 2018 • www.jornalnoticias.co.mz • j.noticias@snoticias.co.mz • Directora-Adjunta: DELFINA MUGABE • 30,00MT

COMPROMISSO COM OS FACTOS

ALERTA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Casamentos prematuros limitam sonhos da rapariga

O PRESIDENTE da República considera que os casamentos prematuros são uma violação grosseira dos direitos humanos da rapariga e alerta que os seus efeitos dilaceram todo o tecido social dos moçambicanos.

Filipe Nyusi, que falava ontem em Maputo, na abertura da 5.ª Cimeira Nacional de Boas Práticas do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento pós-2015, quer um maior envolvimento da sociedade na protecção da rapariga e na luta contra o fenómeno, que já se transformou num problema nacional.

Segundo o Chefe do Estado, apesar de serem animadores os índices de redução dos casamentos prematuros, o país ainda tem desafios para a eliminação do fenómeno.

“Apelamos a que cada um, no seu local de trabalho e de residência, dê a sua contribuição na luta contra este mal que prejudica não só as crianças, mas a sociedade no seu todo”, pediu Nyusi.

Segundo dados avançados pelo Presidente da República, os índices de casamentos prematuros reduziram de 56.6 por cento, em 1997, para 48.2 por cento, em 2011, enquanto a percentagem de raparigas casa-

das antes dos 15 anos passou de 21.5 por cento para 14.4 por cento no mesmo período.

Não obstante, o país apresenta uma das mais altas prevalências de casamentos prematuros da região e do mundo. Em contrapartida, as reformas na legislação tendem a integrar o género nos principais instrumentos de governação.

É o caso da aprovação da Lei sobre a Violência Doméstica, Lei da Família, Lei das Sucessões, Lei da Terra, entre outros instrumentos. Por outro lado, está em curso a revisão do Código Penal e do Código Comercial, para adequá-los à perspectiva de género.

Paralelamente, estão sendo implementadas políticas como a Estratégia Nacional de Prevenção e Combate aos Casamentos Prematuros e o Plano Nacional de Acção para Prevenção e Combate à Violência contra Mulher.

Num contexto em que se aproximam as eleições legislativas, em Outubro, Nyusi recordou que a adesão massiva ao processo eleitoral abre espaço para maior equidade do género e participação da mulher no processo político. Sobre este aspecto, o Chefe de Estado recordou que, dos 53 municípios existentes no país, apenas cinco



O Presidente da República recebe da primeira-dama exemplar do livro sobre casamentos prematuros

são dirigidos por mulheres.

O protocolo do género e desenvolvimento foi adop-

tado em 2015 pelos países-membros da Comunidade para o Desenvolvimento da

África Austral (SADC). O seu lema é “50/50 até 2030 - Empoderar as mulheres e

acabar com a violência baseada no género e os casamentos prematuros”.